

# CONHECENDO MAIS SOBRE O AVANÇA BRASIL

## CRESCER COM FIRMEZA

### 1. *CRIAR UM AMBIENTE MACROECONÔMICO FAVORÁVEL AO CRESCIMENTO SUSTENTADO*

O Plano Plurianual e os Orçamentos da União foram elaborados tendo como premissa a necessidade de criar um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentado. O desenho claro dos programas, objetivos e metas setoriais, quantificadas e regionalizadas, não é apenas uma nova forma de organizar as ações do governo para dotá-lo de maior eficiência. É uma indicação segura dos rumos dos investimentos para os gestores públicos e os agentes econômicos. A expectativa do governo é viabilizar um horizonte mais rico em informações, para a tomada de decisões, e promover parcerias entre o setor público e a iniciativa privada no interesse do País.

A construção do Plano e dos Orçamentos levou em conta um cenário macroeconômico realista. Diante das restrições fiscais, os recursos públicos foram alocados para os setores essenciais à retomada do crescimento e para as demandas sociais mais críticas. Para cada programa foi atribuído um valor a ser aplicado nos próximos quatro anos.

Mas o tratamento corajoso das finanças públicas do País a longo prazo, num mundo de incertezas financeiras e pressões sociais, exige mais do que austeridade fiscal. A administração pública deve estar preocupada com custos e resultados. Deve melhorar a eficiência e a eficácia do gasto público, aperfeiçoando os próprios instrumentos de gestão - o Plano Plurianual e os Orçamentos da União. Com isso, será possível conciliar crescimento com equilíbrio confiável das contas do Estado.

O Plano foi concebido para aumentar a competitividade sistêmica da economia. Os investimentos em infra-estrutura, bem como na área social, no meio ambiente ou no campo moderno da informação e do conhecimento, vão reduzir o chamado "Custo Brasil". Ao mesmo tempo, servirão para motivar a realização de novos investimentos nacionais e estrangeiros, decisivos para o desenvolvimento sustentável do País.

Por outro lado, não há desenvolvimento sustentável sem a redução das disparidades de renda e dos desequilíbrios regionais. Assim como os novos mercados premiam a competitividade selecionando as empresas líderes, os países que sabem tirar proveito da integração de suas regiões saem na frente na competição internacional. Consciente disso, o governo construiu um Plano orientado para uma melhor distribuição da riqueza entre as regiões e os cidadãos brasileiros.

Essa conjugação de fatores é decisiva para assegurar um novo modelo de crescimento que supere os crônicos ciclos de expansão e retração do passado. Não dispensa, contudo, a implementação das reformas macroeconômicas estruturais em andamento.

A reforma econômica, com o fim dos monopólios estatais, abriu espaço para novos investimentos e para uma maior eficiência na infra-estrutura básica do País, combinando a presença do Estado com forte participação do setor privado, nacional e estrangeiro. Para a conclusão desse processo, existe a determinação de acelerar o Programa Nacional de Desestatização, responsável pela privatização e concessão de serviços públicos à iniciativa privada. O novo modelo beneficia duplamente o Brasil. Primeiro, os custos dos serviços passam a assemelhar-se aos do

mercado internacional, pela introdução da concorrência e o fortalecimento gerencial e financeiro das empresas. Segundo, eliminam-se as restrições ao investimento, decorrentes de um Estado cronicamente endividado.

Ainda assim, o desenvolvimento sustentável esbarra na pequena capacidade de geração de poupança interna e na incipiência de um mercado de capitais incapaz de articular o financiamento de longo prazo, necessário para viabilizar os novos investimentos em infra-estrutura e ampliar o número de empresas instaladas no País. A reforma da Previdência Social, além de indispensável para o equilíbrio das contas públicas, representa uma oportunidade para consolidar um novo padrão de poupança que possa responder por parcela significativa do investimento de longo prazo e pela saúde do sistema financeiro privado.

A busca de recursos para viabilizar o desenvolvimento, entretanto, não fica apenas na reforma previdenciária. O programa **Recursos para o Desenvolvimento** vai articular novas fontes e formas de financiamento para os programas do governo. A idéia é estabelecer parcerias com estados, municípios e empresas privadas que possam garantir os recursos necessários à execução dos empreendimentos. A criação de uma rede de informações aos investidores sobre as oportunidades de investimentos é uma das medidas previstas pelo programa.

A agenda da nova ordem econômica inclui ainda a Reforma Tributária. São medidas importantes para reduzir a carga de impostos sobre a produção e o investimento e eliminar os efeitos perversos da guerra fiscal entre os estados. Dentro do Plano Plurianual, a melhoria do sistema tributário será buscada pelo programa **Administração Tributária**. Além de tornar a arrecadação mais eficiente, o governo vai trabalhar para reduzir os desequilíbrios existentes na tributação sobre a produção, as exportações e os investimentos.

O programa **Censo 2000** possibilitará um conhecimento mais profundo e atual da realidade brasileira. A partir do levantamento dos dados censitários, o governo terá as informações necessárias para realizar diagnósticos mais precisos sobre as carências e demandas da sociedade, reduzindo as incertezas no processo de planejamento e execução da ação governamental.

# CRESCER COM FIRMEZA

## 2. SANEAR AS FINANÇAS PÚBLICAS

Os desequilíbrios financeiros do Estado tornaram-se mais evidentes a partir da estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real. Desde então, adequar as despesas públicas aos recursos que a sociedade está disposta a entregar ao Estado passou a ser tarefa inadiável dos governos federal, estaduais e municipais.

Os últimos anos foram marcados por crises recorrentes no mercado financeiro internacional, em particular a crise asiática, no final de 1997, e a crise russa de 1998. No início de 1999, a crise de confiança dos investidores internacionais exerceu fortes pressões sobre a moeda nacional, o que levou à adoção do regime de flutuação cambial. As novas condições provocaram um forte impacto sobre a dívida interna e externa, resultando em pressões sobre o déficit nominal do setor público.

Tais fatos tornaram ainda mais urgente o ajuste das finanças públicas. No âmbito do Plano Plurianual, o governo federal executará programas que vão atuar sobre os diversos componentes do déficit público e melhorar a qualidade dos gastos.

Contribuir para o ajuste fiscal e a estabilidade econômica é o cerne do programa **Responsabilidade Fiscal para a Estabilidade**. Para assegurá-la, é fundamental a aprovação e implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em tramitação no Congresso Nacional. O projeto prevê, entre outras medidas, a fixação de limites para o endividamento e as despesas com pessoal do governo federal, dos estados e municípios.

Os programas **Desenvolvimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios** e **Desenvolvimento de Regimes de Previdência Social dos Estados e Municípios** vão apoiar go-vernadores e prefeitos no controle dos desequilíbrios fiscais e previdenciários. Para isso, serão criados fundos próprios de previdência, realizados investimentos em capacitação de gestores públicos e garantida a assistência técnica necessária à melhoria das administrações estaduais e municipais.

O aumento da eficiência na arrecadação de impostos e contribuições previdenciárias é outra importante vertente de atuação do governo. Os programas **Arrecadação de Receitas Previdenciárias** e **Administração Tributária**, além de colaborarem com o ajuste das contas públicas, permitem o desenvolvimento de um regime de previdência social que garanta benefícios dignos para as futuras gerações e a recuperação da capacidade de investimento do Estado.

Tornar mais eficaz a aplicação dos recursos públicos é estratégico para o ajuste fiscal. O programa **Integração entre Plano e Orçamento** visa garantir a perfeita compatibilidade entre o Plano Plurianual e os Orçamentos da União, para que eles possam oferecer os bens e serviços públicos requeridos pela sociedade com menores custos.

Todos os programas do Plano Plurianual foram concebidos e estruturados para aumentar a eficiência e a eficácia da administração federal na medida em que os órgãos públicos coloquem em prática os princípios do novo modelo de gestão empreendedora.

O compromisso governamental é estabilizar, ao longo dos próximos anos, a dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto e melhorar os resultados na aplicação de recursos públicos. Dessa forma, será possível assegurar a estabilidade econômica, não como valor em si mesma, mas pela sua capacidade de garantir um ambiente favorável à melhoria constante da qualidade de vida da população.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 3. *ELEVAR O NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO E AMPLIAR A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL*

Neste tempo de mudanças, crises e oportunidades, só há lugar para as nações que encaram de frente o desafio de aumentar o nível educacional da população. A educação é a base para o desenvolvimento de um país e para o crescimento individual dos cidadãos.

O Brasil ainda enfrenta graves problemas na área da educação. O nível de escolaridade médio da População Economicamente Ativa, constituída pelas pessoas com mais de 14 anos, é de apenas 3,9 anos de estudo, bem abaixo de outros países da América do Sul. No Paraguai, a média é de 5,8 anos; na Argentina, 9,5 anos e no Uruguai, 10,5 anos.

A crescente exigência de qualificação profissional por parte das empresas torna cada vez mais difícil o acesso ao mercado de trabalho. Para reverter esse quadro, o governo está implantando uma completa reforma no sistema educacional, com ênfase na melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis.

As mudanças começaram pelo ensino fundamental. Diante dos bons resultados alcançados - a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos passou de 91% em 1994 para 96% em 1998 -, agora a prioridade do governo é o ensino médio e a educação profissional. O objetivo é universalizar o ensino de 1º e 2º graus e preparar jovens e adultos para o mercado de trabalho.

O acesso ao ensino médio sempre foi limitado - o número de estudantes equivalia a apenas 10% dos alunos matriculados nas escolas de 1º grau. Somente 25% dos adolescentes de 15 a 18 anos frequentam o ensino médio. Nos últimos anos, entretanto, a demanda por vagas aumentou, porque as escolas de 1º grau passaram a formar mais gente.

Com isso, o número de alunos no nível médio passou de cerca de 3 milhões, no início da década, para 6,7 milhões em 1998. A procura tem aumentado significativamente, tanto por jovens que terminam o 1º grau mais cedo como por aqueles que estão no mercado de trabalho mas querem melhorar sua situação profissional.

Apesar do crescimento, o ensino médio precisava de uma definição mais clara, pois mesclava tanto o ensino geral como o profissionalizante. A saída foi desmembrar o antigo 2º grau em duas modalidades distintas e independentes: o ensino médio e o ensino técnico-profissionalizante. A mudança começou a ser implantada a partir de 1998 e vai atingir diretamente as escolas técnicas e agrotécnicas federais.

Para garantir a implantação das mudanças, foram criados dois programas: **Desenvolvimento do Ensino Médio** e **Desenvolvimento da Educação Profissional**. O primeiro, para melhorar a qualidade e aumentar a oferta de vagas no que se chamava de "educação geral". O governo vai reformar e ampliar a rede de escolas de ensino médio em todo o País, de forma a possibilitar que todos os que saírem do 1º grau e os que quiserem voltar a estudar tenham lugar garantido no ensino médio. Essa expansão significa a criação de vagas para 10 milhões de alunos. Serão adotados novos currículos e projetos pedagógicos, além da melhoria do modelo de gestão dos colégios. Oitenta por cento dos professores em exercício passarão por cursos de reciclagem, permitindo um aperfeiçoamento contínuo.

O segundo provocará uma verdadeira revolução no ensino profissional. As escolas técnicas e agrotécnicas federais serão transformadas em centros de excelência locais e regionais. Estados, municípios, organizações não-governamentais e comunidades terão recursos para criar e equipar cerca de 200 novas escolas voltadas para a formação profissional de 500 mil alunos. Além disso, os cursos e os currículos passarão a ser orientados para as necessidades do mercado de trabalho.

As mudanças abrem caminho para uma nova era. Os brasileiros sairão das escolas com uma formação mais sólida e serão mais capazes de enfrentar os desafios de um mercado de trabalho que exige pessoas cada vez mais qualificadas e competentes.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 4. ATINGIR US\$ 100 BILHÕES DE EXPORTAÇÃO ATÉ 2002

A participação do Brasil no comércio internacional ainda é pequena. Com um mercado interno de grandes dimensões, que absorve a maior parte da produção, a grande maioria das empresas não tem a preocupação de colocar seus produtos no mercado internacional. A participação brasileira nas exportações mundiais está hoje em menos de 1%, apesar de já ter alcançado 1,5% das vendas globais em 1984.

O País exportou em 1998 um total de US\$ 51 bilhões, sendo 26% de produtos básicos, 16% de semimanufaturados e 58% de manufaturados. Conseqüentemente, para atingir a meta de US\$ 100 bilhões, o Brasil terá que incrementar suas exportações a uma taxa de 18,3% ao ano entre 1999 e 2002, o que não é tarefa fácil.

O desafio exige maior competitividade dos produtos *made in Brazil*. É preciso mudar a mentalidade de que exportar representa apenas um aumento da arrecadação de divisas. No esforço para chegar ao mercado externo, que exige produtos de alta qualidade e menor preço, as empresas vão passar por mudanças que certamente contribuirão para elevar suas vendas no mercado interno.

Para atingir a meta de US\$ 100 bilhões, o governo federal criou o programa **Financiamento às Exportações**, que tem por objetivo facilitar o acesso ao crédito. O programa inclui a concessão de financiamentos oficiais, equalização de taxas de juros, linhas de crédito para as empresas exportadoras nordestinas, seguro de crédito às exportações e financiamento de longo prazo.

Trata-se de um conjunto de ações indispensável para alcançar o mercado externo com maior competitividade, pois exportar com prazos de pagamento adequados e taxas de juros moderadas tem sido uma prática crescente no comércio exterior. O seguro de crédito, por sua vez, é o instrumento ideal para oferecer ao exportador a segurança de que vai receber o valor correspondente aos bens exportados.

O programa **Cultura Exportadora** tem por objetivo preparar as empresas de pequeno, médio e grande portes para atuar no mercado internacional. O programa prevê a capacitação de profissionais, a formação de negociadores em comércio exterior, a criação de instituição certificadora da qualidade e a promoção de encontros de comércio exterior.

O **Desenvolvimento do Setor Exportador** vai dar assessoria e suporte técnico às empresas nacionais, sobretudo àquelas que ainda não ingressaram no comércio exterior, para que voltem suas atenções e seus esforços para o mercado externo.

Paralelamente, serão adotadas medidas para promover a produção competitiva nas regiões menos desenvolvidas, em particular a fruticultura no semi-árido nordestino, e em atividades que empregam muita mão-de-obra, como os setores calçadista, têxtil e de confecções. Ao mesmo tempo, o governo vai trabalhar para remover as barreiras externas às exportações brasileiras em todos os foros e negociações bilaterais, regionais ou multilaterais, em particular junto à Organização Mundial do Comércio.

O resultado desses programas, a serem implementados pelo governo no período 2000 - 2003, será o surgimento e o fortalecimento de empresas mais competitivas, com o conseqüente aumento da participação no mercado internacional.

Para a sociedade brasileira, o reflexo será a redução dos preços e melhoria da qualidade dos produtos, além do crescimento do número de empregos em função do aumento do nível da atividade econômica.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 5. AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO

A agricultura brasileira é o setor com maior grau de abertura ao mercado internacional. Apesar disso, o potencial de exportação de produtos agrícolas ainda é pouco explorado, se levarmos em conta a disponibilidade de terras agricultáveis e a diversidade de condições de solo e clima do País.

A maioria das empresas do setor ainda não despertou para as vantagens do mercado externo ou não se preparou para colocar seus produtos no exterior. Afinal, trata-se de um mercado amplo, mas muito exigente em termos de qualidade, preços, regularidade da oferta e condições sanitárias.

Para impulsionar a agricultura brasileira, é preciso desenvolver o agronegócio, integrado pela agropecuária, as agroindústrias, as indústrias de insumos químicos, os fabricantes de tratores e colheitadeiras, assim como bolsas de mercadorias e futuros, assistência técnica, pesquisa e suprimento de crédito. O setor vem crescendo e ganhando cada vez mais importância no cenário econômico. Nos anos 70, representava 20% do Produto Interno Bruto. Hoje, já chega a 30% do PIB.

O crescimento do agronegócio depende do aumento da competitividade dos produtos nacionais. Para isso, é necessário reduzir o chamado "Custo Brasil" - taxas de juros e encargos sociais elevados, sistema tributário complexo que onera a produção, altos custos de transporte -, que atinge não apenas o agronegócio, como também os demais setores da economia.

O governo vem buscando solucionar a questão da competitividade em diversas frentes. Num segmento vital para o agronegócio - o de transportes -, o programa **Brasil em Ação** deu prioridade à implantação de uma logística integrada, aproximando os produtores e a agroindústria dos mercados interno e externo. Foram executados projetos de construção, modernização e recuperação de hidrovias (Araguaia-Tocantins, Tietê-Paraná, Madeira e São Francisco), portos (Santos, Sepetiba, Pecém e Suape), rodovias e trechos ferroviários estratégicos para o escoamento da produção. A ampliação da oferta de energia em regiões produtoras, por meio do Gasoduto Bolívia - Brasil, da Interligação Norte-Sul e da Linha de Transmissão de Tucuruí, também teve prioridade do governo.

Para atender à demanda crescente de cargas e reduzir custos, o governo vai realizar novos investimentos que estruturam corredores de transporte e integram rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, por meio dos programas **Corredor Araguaia-Tocantins, Corredor Leste, Corredor Fronteira Norte, Corredor Mercosul, Corredor Nordeste, Corredor São Francisco, Corredor Oeste-Norte, Corredor Sudoeste e Corredor Transmetropolitano**, que cobrem todo o território nacional.

O programa **Erradicação da Febre Aftosa** é também um exemplo do esforço para o aumento da competitividade do agronegócio. Essa doença impede o acesso do Brasil a importantes mercados externos de carnes e derivados, que acabam sendo supridos por outros concorrentes. Em alguns estados, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a febre aftosa já foi totalmente erradicada. Agora, é necessário incluir outros estados, principalmente os do Centro-Oeste, que têm grande potencial de produção pecuária.

Para acabar com a febre aftosa até o ano 2005, o governo federal vai desenvolver campanhas educativas e realizar fiscalização sanitária e epidemiológica no rebanho bovino. É preciso também garantir que o produtor vacine seu rebanho. O

pecuarista precisa ser conscientizado de que a vacinação beneficiará, antes de tudo, a ampliação de seu mercado consumidor, o aumento de sua renda e a oportunidade de participar no mercado internacional.

Outro programa que persegue o aumento da competitividade é o **Desenvolvimento da Fruticultura**, especialmente no semi-árido do Nordeste. Em articulação com os governos estaduais e o setor privado, o governo vai realizar campanhas de promoção de frutas brasileiras no exterior, capacitação de fruticultores, controle de pragas e de resíduos químicos, além de pesquisas voltadas para o desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de gerar produtos com características exigidas pelo mercado.

O esforço se justifica. A produção de frutas e de hortaliças é hoje o mais importante vetor de desenvolvimento no semi-árido nordestino. Cada hectare gera três empregos diretos e indiretos e uma renda média de R\$ 14 mil, superior às demais atividades agrícolas. O setor tem um enorme potencial de crescimento, pois o Brasil exporta apenas US\$ 140 milhões em frutas frescas por ano para um mercado internacional que movimenta cerca de US\$ 23 bilhões anualmente. Entre 1992 e 1996, esse mercado cresceu em média US\$ 1 bilhão por ano.

Como as condições climáticas são favoráveis, a implantação de sistemas de irrigação permite a produção de frutas em quase todos os meses do ano no Nordeste. Além disso, a maior proximidade de mercados consumidores importantes para frutas tropicais, como Europa e América do Norte, aumenta as chances de sucesso da fruticultura irrigada na região.

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado em implantação no Nordeste, no âmbito do programa **Brasil em Ação**, também vão contribuir para o aumento da competitividade no País. O caminho é incentivar o crescimento dos setores dinâmicos da economia regional, especialmente a agroindústria alimentar e a produção de frutas e hortaliças. Na primeira fase do programa foram selecionados dez pólos com grandes potencialidades econômicas em todos os estados nordestinos e no norte de Minas Gerais. A partir daí, estão sendo articuladas ações do governo federal, estados e municípios sob o enfoque do desenvolvimento local integrado. Inovador e fundamental para a construção de um processo de crescimento duradouro, participativo e com distribuição de renda, o programa valoriza o envolvimento das comunidades na tomada de decisões e fortalece o papel das prefeituras.

O sucesso desses programas trará benefícios importantíssimos para a sociedade, especialmente do semi-árido, que passará a contar com maior oferta de emprego e de renda, pré-condição para a melhoria da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, ajudará no combate à fome, reduzindo a necessidade de ações assistenciais por parte do governo.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 6. DESENVOLVER A INDÚSTRIA DO TURISMO

O turismo é hoje o setor que mais cresce no mundo, com um impacto significativo sobre a geração de empregos e divisas, na medida em que envolve 52 diferentes setores da economia, tais como transportes, hotelaria, diversões, alimentação, entre outros. Em 1998, o mercado de turismo movimentou US\$ 3,4 trilhões, empregando 260 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, o setor garante emprego e renda para cinco milhões de trabalhadores e um faturamento de US\$ 38 bilhões.

O Brasil possui imenso potencial turístico. Belezas naturais e um patrimônio cultural diversificado fazem do nosso País um dos mais atrativos do mundo. Aproveitar esse potencial é oportunidade que não pode ser desperdiçada.

O governo federal tem metas ambiciosas para o mercado turístico nos próximos quatro anos. O objetivo é aumentar o fluxo de turistas estrangeiros em 35% - de 4,8 milhões em 1998 para 6,5 milhões em 2003, o que deverá garantir um crescimento da receita cambial do setor de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 5,5 bilhões. No caso do turismo nacional, a meta é um aumento de quase 50% no fluxo doméstico - de 38,2 milhões para 57 milhões de pessoas. Com isso, será possível criar 500 mil novos empregos.

Para vencer o desafio, o governo investirá em projetos de infra-estrutura básica e turística e no treinamento dos profissionais que trabalham no setor, numa parceria com estados, municípios e setor privado. Ao mesmo tempo, serão realizadas campanhas no Brasil e no exterior para mostrar as belezas naturais e o patrimônio histórico e cultural do País.

Região de grande potencial turístico, mas com grandes carências econômicas e sociais, o Nordeste está sendo atendido pelo programa **Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur**, que resulta de uma parceria com estados, municípios, organismos internacionais e setor privado. Na primeira fase, o programa financiou a melhoria da infra-estrutura básica e dos serviços públicos das principais cidades nordestinas. Com investimentos de US\$ 670 milhões, no período 1996-1999, foi possível expandir e modernizar sete aeroportos, construir 46 trechos rodoviários, executar 34 projetos de saneamento básico, preservar o meio ambiente em 43.669 hectares e recuperar 147.032 m<sup>2</sup> de patrimônio histórico.

A partir do ano 2000, a continuidade do **Prodetur** será garantida pelo programa **Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste**, que prevê a aplicação de US\$ 600 milhões no financiamento de obras de infra-estrutura, saneamento básico, recuperação do patrimônio histórico e conservação do meio ambiente. O trabalho será reforçado pelo programa **Turismo no Nordeste**, que vai capacitar agentes nos pólos turísticos e permitir a realização de projetos de infra-estrutura, saneamento e recuperação do patrimônio artístico e cultural, com recursos da União.

O desenvolvimento local será a meta do programa **Municipalização do Turismo**. O trabalho será conscientizar a população da cidade sobre a importância social do turismo e mostrar as vantagens para o município. Das 1.680 cidades brasileiras com vocação turística, 1.250 já se engajaram no programa, mobilizando mais de 150 mil pessoas.

O programa **Turismo Verde** cria uma alternativa para a região Amazônica. Através de parcerias com empresas privadas, o governo vai estimular o ecoturismo como uma das formas de garantir o desenvolvimento econômico

sustentável da Amazônia, hoje muito dependente da Zona Franca de Manaus. A previsão é investir US\$ 212 milhões em obras de infra-estrutura básica a partir de 1999.

O programa **Qualificação Profissional do Trabalhador** dará atenção especial à capacitação de pessoal para atuar na área do turismo. Nos últimos quatro anos, já foram treinadas 120 mil pessoas. O esforço agora é ampliar o programa para garantir que os profissionais das áreas de hotelaria, alimentação, transportes, diversões, entre outros, tenham a formação adequada para oferecer aos turistas brasileiros e estrangeiros um atendimento de melhor qualidade.

O fomento à produção do artesanato brasileiro nas cidades turísticas é essencial dentro da estratégia do governo. O programa **Design Brasil** vai valorizar o artesanato nacional, na medida em que permitirá a diversificação do trabalho e a melhoria da qualidade dos produtos, facilitando sua comercialização.

O programa Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária terá impactos positivos no setor de turismo, pois permitirá a expansão e modernização da rede de aeroportos brasileiros. Com mais opções de acesso ao País, alarga-se o caminho para o aumento do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros.

Os programas **Turismo no Sul, Turismo no Sudeste e Turismo no Coração do Brasil** estendem para todas as regiões o desafio de gerar empregos e dinamizar as economias locais.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 7. DESENVOLVER A INDÚSTRIA CULTURAL

A indústria cultural está em expansão no País. O livro, o teatro, a música, o cinema, as artes plásticas, a dança e a televisão vêm ganhando espaço cada vez maior na sociedade, despontando como um setor dinâmico da economia, capaz de promover o desenvolvimento e gerar empregos para a população. Para cada R\$ 1 milhão gasto em cultura, são criados 160 postos de trabalho diretos e indiretos.

Em 1994, o setor cultural empregava 510 mil pessoas em todo o País, 50% mais que o pessoal ocupado pela indústria automobilística. De lá para cá, a cultura vem crescendo de forma acelerada. Tanto que, em 1997, a produção cultural brasileira movimentou R\$ 6,5 bilhões.

Novas formas de organização e de financiamento têm sido criadas para a realização de filmes, peças de teatro, shows, espetáculos de dança, entre outros. A parceria do governo com as empresas privadas vem sendo cada vez mais utilizada com sucesso, graças às mudanças feitas na legislação federal.

Apesar dos avanços, muitas obras relevantes ainda não são acessíveis à sociedade por falta de patrocínio. Para resolver o problema, o governo tem criado estímulos à indústria audiovisual e editorial em seu esforço de expansão. O objetivo é ampliar a produção de filmes e livros mediante o apoio às pequenas e médias empresas.

Ao mesmo tempo, busca-se incentivar o turismo cultural. Ao associar a cultura ao turismo, o governo multiplica o potencial de crescimento das duas áreas, criando novos empregos e gerando mais arrecadação de impostos.

O programa **Cinema, Som e Vídeo** incentiva a produção e a exportação de filmes e documentários nacionais. Até porque o mercado de audiovisual no Brasil está entre os 10 maiores do mundo. As mudanças na Lei do Audiovisual garantiram um salto na produção cinematográfica nacional - de apenas cinco filmes em 1994 para 26 em 1998 -, que se refletiu na premiação e no reconhecimento internacional de produções como "Central do Brasil". O programa estimula também a promoção e o resgate da memória audiovisual do País, assim como a capacitação de técnicos do setor.

A preservação do patrimônio artístico, histórico e arqueológico e a revitalização de centros históricos serão o foco do programa **Turismo Cultural**. Além de cuidar da preservação do patrimônio, o governo vai realizar campanhas publicitárias, treinar guias, incentivar o artesanato e promover eventos culturais, de forma a atrair a atenção e o interesse dos turistas nacionais e estrangeiros para as cidades brasileiras.

A produção musical e editorial terá um papel de destaque dentro do programa **Produção e Difusão Cultural**. O governo vai financiar projetos culturais, promover a música brasileira e garantir os direitos do autor. O programa inclui ainda a edição de livros e revistas científicas e a premiação a escritores nacionais.

Outros programas vão contribuir para o crescimento da indústria cultural. A formação de artistas e técnicos será viabilizada pelo programa **Qualificação Profissional do Trabalhador**. Já o programa **Design Brasil** vai contribuir para melhorar a qualidade, a diversidade e a comercialização do artesanato brasileiro. Por outro lado, o programa **Municipalização do Turismo** facilitará a atração de novos turistas, contribuindo para o desenvolvimento integrado das cidades. A divulgação dos bens culturais do País no mercado internacional será facilitada pelos programas

**Promoção de Exportações e Acesso a Mercados e Divulgação do Brasil no Exterior.**

Os investimentos na área de cultura são uma excelente oportunidade para resgatar a nossa história e, ao mesmo tempo, aproveitar o potencial de negócios que o setor deverá gerar nos próximos anos.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 8. PROMOVER A MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E TRANSPORTES

Investir em infra-estrutura é fundamental para o crescimento da economia nos próximos anos. Com a modernização e a universalização dos serviços de telecomunicações, energia e transportes, o Brasil estará dando um importante passo em direção ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A escassez de recursos públicos e os altos investimentos necessários para modernizar a infra-estrutura básica do País levaram o governo a procurar novas formas de financiamento. A solução foi transferir para o setor privado a tarefa de cuidar da energia, das telecomunicações e de boa parte dos transportes, liberando o Estado para investir mais na área social.

Por meio da privatização e da concessão é possível ampliar a oferta e prestar serviços públicos de melhor qualidade. Ao Estado, cabe regulamentar e fiscalizar a atuação das empresas privadas, de forma a garantir o cumprimento das metas de qualidade, produtividade, preços e investimentos ajustadas nos contratos de venda e concessão.

Para orientar os investimentos em infra-estrutura, o governo identificou um portfólio de empreendimentos prioritários nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Os projetos foram reunidos em grupos de investimento, de forma a ampliar o efeito sobre o desenvolvimento, reduzir os riscos e atrair o interesse de empresas privadas, que poderão atuar em parceria com o governo federal, estados e municípios.

No setor de transportes, uma das principais preocupações é atender à crescente demanda de cargas e reduzir custos em todo o País, através da criação de corredores multimodais, que interligarão rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. São nove corredores de transporte - **Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul, Nordeste, São Francisco, Oeste-Norte, Sudoeste e Transmetropolitano** -, que vão facilitar o escoamento da produção agrícola e industrial e a integração internacional, especialmente com o Mercosul.

Ao mesmo tempo, o governo vai trabalhar para manter em bom estado a malha rodoviária federal e diminuir o índice de acidentes nas estradas. Para isso, foram criados os programas **Segurança nas Rodovias Federais, Manutenção da Malha Rodoviária Federal** e **Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada**.

Na área de energia, haverá também prioridade para as comunidades isoladas. O programa **Energia das Pequenas Comunidades** vai garantir eletricidade para os pequenos núcleos rurais, com o aproveitamento de fontes renováveis de energia, como o sol e o vento. Nos centros urbanos, a preocupação será a melhoria da qualidade. Para isso, será implantado o programa **Qualidade do Serviço de Energia Elétrica**, de forma a aumentar o grau de satisfação dos consumidores.

Os investimentos da Petrobrás e de seus parceiros nas áreas de exploração e produção de petróleo vão aumentar a oferta de óleo e gás natural nos próximos quatro anos. O programa **Oferta de Petróleo e Gás Natural** propiciará a elevação da produção nacional de petróleo de uma média de 1,1 milhão de barris/dia

em 1999 para 1,7 milhão de barris/dia em 2003, um crescimento de 54%. O programa também vai permitir o aumento da participação do gás natural na matriz energética brasileira, que hoje é de apenas 2%. Essas estimativas não levam em conta os investimentos das novas concessionárias privadas, que estão atuando no setor de petróleo.

Os pesados investimentos feitos pelo governo e a privatização das telecomunicações abriram caminho para a expansão dos serviços e redução dos preços. Nos últimos quatro anos, o número de telefones fixos no País cresceu 70% - de 13,3 milhões em 1994 para 22,7 milhões em 1998. Nesse período, a telefonia celular deu um salto ainda mais expressivo - de 600 mil para 9,1 milhões de terminais. Ao mesmo tempo, o ambiente de competição permitiu uma redução significativa nas tarifas. A população mais pobre não foi esquecida. O número de telefones públicos dobrou - de 340 mil em 1994 para 710 mil em 1998.

Agora, as metas do governo são garantir a universalização da telefonia fixa e assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários. Para isso, foram criados os programas **Telefonia Fixa** e **Qualidade dos Serviços de Telecomunicações**. Com um trabalho de regulação e fiscalização, o governo vai zelar para que os compromissos ajustados com as concessionárias privadas de telefonia em termos de crescimento e melhoria da qualidade dos serviços sejam efetivamente cumpridos.

No Nordeste, a falta de água é o maior obstáculo ao desenvolvimento da região. São necessários pesados investimentos em infra-estrutura hídrica para assegurar água de boa qualidade para o consumo humano e as atividades econômicas. O problema tem recebido atenção especial do governo através do Proágua, programa criado em 1996 para permitir a construção ou conclusão de obras prioritárias, como barragens, açudes e adutoras.

Na primeira etapa, que vai até o ano 2000, estão previstos investimentos de US\$ 330 milhões, que vão beneficiar 240 mil famílias, com aumento da oferta de água potável em 65,7 milhões de m<sup>3</sup> por ano. Até agora, já foi possível concluir 11 obras, que beneficiaram 152 mil famílias. Entre elas estão a primeira etapa da Adutora Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores (AL), Barragem Jucazinho (PE), Adutora Sertão Central Cabugi (RN), Barragem Zabumbão (BA) e primeiro trecho da Adutora do Oeste (PE). Foram construídos 600 km de adutoras, o que permite a irrigação de 16 mil hectares.

No Plano Plurianual, a oferta de água para o semi-árido continua sendo prioridade do governo. O **Proágua - Infra-Estrutura** terá continuidade. A meta é concluir as obras já iniciadas, entre as quais o açude do Castanhão, no Ceará, que será o maior do semi-árido. Na segunda etapa do programa, a partir do ano 2001, está prevista a aplicação de US\$ 670 milhões.

O programa **Transposição de Águas do Rio São Francisco** permitirá o aumento da vazão dos rios nordestinos, fundamental para o suprimento de água na região. A idéia é interligar o São Francisco a rios do Ceará (Jaguaribe), Rio Grande do Norte (Apodi e Piranha-Açu), Paraíba (Piranhas e Paraíba) e Pernambuco (Brígida e Moxotó), de forma a garantir o suprimento de água para 10 milhões de habitantes da região até o ano 2025.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 9. PROMOVER A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COM VISTAS A ESTIMULAR A COMPETIÇÃO NO MERCADO INTERNO

Em um ambiente de inflação elevada e altas tarifas de importação, como ocorria no passado recente, as empresas relutavam em promover os investimentos necessários à sua adaptação aos avanços tecnológicos mundiais. Resultado: a economia brasileira era suprida por produtos de baixa qualidade com preços elevados. A falta de competição contribuía para o aumento mais acelerado dos preços.

Nos últimos cinco anos, graças à estabilização promovida pelo Plano Real e à maior abertura da economia, a situação está mudando. A economia brasileira tem respondido ao desafio da concorrência externa acirrada, empenhando-se em elevar a produtividade. Disseminou-se a utilização de tecnologias modernas de produção e gerenciamento a tal ponto que, no período 1994 - 1997, a produtividade média da indústria aumentou 22,6%. O número de certificados ISO 9000 cresceu de 950 em 1995 para 4.500 em meados de 1999.

Dessa nova realidade resultaram produtos de melhor qualidade e preços menores para os consumidores brasileiros. O espaço para os produtos nacionais no mercado externo também cresceu, mesmo com as dificuldades circunstanciais enfrentadas pelo setor exportador. No período 1994 - 1998, as exportações brasileiras cresceram 17,4%. Os ganhos de produtividade, qualidade e escala alcançados até agora vão contribuir para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, elevando ainda mais as nossas exportações.

Entretanto, é preciso reconhecer que esse processo de aprimoramento é dinâmico e, sendo ainda parcial em nossa economia, precisa ser disseminado para todo o setor produtivo do País. O objetivo é atingir tanto as empresas de grande e médio portes quanto os micro e pequenos empresários.

O **Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP)** é um importante instrumento para se alcançar esse objetivo. Representa um caminho para a competitividade e para a melhoria da qualidade de vida da população, pois atua em áreas como educação, saúde, relações de consumo, trabalho, cultura, administração pública e setor produtivo. O programa prevê a implantação do Sistema de Informações ao Consumidor, a criação de campanhas de educação para a qualidade e a realização de pesquisas sobre a satisfação dos usuários do setor público, além de treinamento de profissionais para melhorar a qualidade na agricultura, indústria e turismo.

Outro programa importante é o **Metrologia e Qualidade Industrial**, que visa garantir a proteção do consumidor brasileiro, elevando a qualidade dos bens e serviços ofertados ao mercado interno. Ao mesmo tempo, contribui para aumentar a competitividade internacional da produção brasileira. Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País é a meta do programa **Brasil Classe Mundial**.

A reestruturação produtiva será também impulsionada pelas condições macroeconômicas, pelos financiamentos das agências oficiais de crédito e pelos programas nas áreas de informação e conhecimento, infra-estrutura e defesa da concorrência. O alvo é o consumidor. O aumento da produtividade e da qualidade, num ambiente competitivo, resulta em benefícios para a sociedade.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 10. AMPLIAR O ACESSO AOS POSTOS DE TRABALHO E MELHORAR A QUALIDADE DO EMPREGO

A questão do emprego é hoje uma grande preocupação mundial. Mesmo os países mais avançados têm encontrado sérias dificuldades para atenuar os efeitos da globalização e dos avanços tecnológicos sobre o mercado de trabalho. Além disso, os níveis de emprego têm sido diretamente afetados pelas baixas taxas de crescimento econômico observadas em todo o mundo. No Brasil, não é diferente.

A geração de empregos é prioridade. A criação de novos postos de trabalho é a principal referência do governo para a alocação de recursos públicos. Terão destaque os programas com maior impacto na geração de empregos, como aqueles voltados para o aumento das exportações, melhoria da infra-estrutura econômica, desenvolvimento do turismo, apoio à agricultura familiar e outros investimentos capazes de estimular a retomada do crescimento econômico.

O Brasil está se adequando rapidamente ao mundo globalizado. Isso se observa pelo esforço de reestruturação das empresas em busca de competitividade, fundamental para o aumento da eficiência da economia nacional.

Contudo, a modernização tecnológica e gerencial das empresas está gerando desemprego, especialmente entre os trabalhadores com menor qualificação. Por um lado, existe o processo da automação. Por outro, cresce a demanda por trabalhadores cada vez mais treinados e qualificados. Ao mesmo tempo, a crescente desconcentração industrial contribui para o fechamento de postos de trabalho nas grandes cidades.

Observa-se, portanto, um desequilíbrio entre o número de pessoas que buscam trabalho e as possibilidades reais de ocupação e entre a qualificação dos que se oferecem para trabalhar e os requisitos que lhes são exigidos para a ocupação dos novos empregos.

Para reduzir os efeitos desses desequilíbrios, o governo vai implantar programas que resultem em geração de emprego e renda e em qualificação profissional, especialmente daqueles mais sujeitos à exclusão social. Assim, serão ampliadas as oportunidades de trabalho e a empregabilidade do trabalhador.

O programa **Geração de Emprego e Renda** vai atender ao trabalhador que não está empregado mas deseja ter seu próprio negócio, tanto na área urbana quanto na rural. Os futuros micro e pequenos empresários terão acesso a empréstimos do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia com menores exigências burocráticas. As diretrizes do governo orientam-se também para a redução das desigualdades regionais. Um bom exemplo é o programa **Crediamigo**, uma linha de crédito do Banco do Nordeste voltada exclusivamente para microempresários da região

O programa **Qualificação Profissional do Trabalhador** terá prioridade na estratégia do governo. Criado em 1995, já permitiu treinamento e capacitação para 5,7 milhões de pessoas até 1998, numa parceria com estados, sindicatos de trabalhadores, entidades patronais e organizações não-governamentais. Para isso, foi investido R\$ 1 bilhão com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Agora, a meta é oferecer educação e treinamento para 19 milhões de trabalhadores ao longo dos próximos quatro anos.

Para os jovens em busca do primeiro emprego está sendo criado o **programa Jovem Empreendedor**, que vai oferecer linhas de crédito para jovens com vocação empreendedora interessados em montar seu próprio negócio.

Além de oferecer o seguro-desemprego, o programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** facilitará o retorno do trabalhador ao mercado de trabalho. O governo federal, em parceria com estados, municípios e entidades de classe, vai aumentar a eficiência do sistema público de emprego, aproximando o trabalhador das empresas.

Dotar o País de moderna legislação trabalhista é essencial para que se assegure, a médio e longo prazos, maior capacidade de geração e manutenção de postos de trabalho. Nesse sentido, o governo federal tem apresentado diversas propostas de aperfeiçoamento da legislação. Com a implementação do programa **Trabalho Legal**, o governo buscará, ainda, a convergência entre capital e trabalho, fortalecendo os mecanismos de negociação e cooperação, com vistas à preservação de empregos e ao aumento do número de trabalhadores no mercado formal.

A qualidade do emprego se concretiza não apenas no trabalho formal, que permite o acesso ao sistema público de proteção, mas também no respeito às normas de segurança e saúde nos ambientes de trabalho. Para reduzir o número de acidentes e as doenças ocupacionais, será implantado o programa **Trabalho Seguro e Saudável**. Assim, o Brasil deixará de figurar entre os países com maiores índices de acidentes de trabalho, hoje em torno de 25 acidentes/ano por 1.000 trabalhadores.

A atuação do governo não se esgota nesses programas. O crescimento econômico, objetivo do conjunto de iniciativas do governo, é a providência fundamental para garantir a ampliação das oportunidades de trabalho e a valorização do trabalhador.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 11. MELHORAR A GESTÃO AMBIENTAL

O Brasil detém a maior diversidade biológica do planeta, 40% das florestas tropicais e 20% da água doce disponível no mundo. Um volume significativo de nosso Produto Interno Bruto está associado diretamente aos recursos naturais. A gestão e o uso adequado desse imenso patrimônio ambiental são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do País e para a conseqüente melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A gestão dos recursos naturais não é tarefa exclusiva do governo federal. É preciso uma forte parceria com o setor privado, estados, municípios e sociedade civil organizada para que se possa prevenir, reduzir ou compensar os danos causados ao meio ambiente pelo aumento das atividades socioeconômicas.

Ao mesmo tempo, é necessário estimular o desenvolvimento e criar oportunidades de negócios e investimentos voltados para a proteção e conservação do meio ambiente, uso da biodiversidade, ecoturismo, geração de energia limpa, gestão do patrimônio natural e utilização sustentável dos recursos naturais.

O sucesso do novo modelo de gestão depende de uma mudança cultural. Exige a conscientização de gestores públicos e privados e a participação direta das comunidades na conservação e uso dos recursos naturais. O programa **Educação Ambiental** tem essa finalidade.

O governo trabalha para melhorar a qualidade ambiental nas cidades, através do aperfeiçoamento da infra-estrutura sanitária, redução da poluição e mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade. É fundamental apoiar também os projetos de utilização de tecnologias limpas por parte das empresas e o uso racional dos recursos hídricos, florestais e da nossa biodiversidade.

A oferta de água para consumo humano, irrigação e indústria será um grande desafio a ser enfrentado por todas as nações no próximo século. Por isso, o governo dará prioridade à gestão dos recursos hídricos e ao fornecimento de água de boa qualidade para todos os brasileiros.

Os programas **Nossos Rios - Paraíba do Sul, São Francisco e Araguaia-Tocantins** - permitirão o aproveitamento racional da água para o consumo humano, irrigação e geração de energia elétrica. O programa **Proágua - Gestão**, em âmbito nacional, tem a mesma finalidade. Serão programas pioneiros na implantação dos princípios e métodos de gestão estabelecidos na nova Lei das Águas (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997).

O uso sustentável de recursos florestais será o foco de dois programas: **Florestar** e **Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais**. O primeiro visa aumentar a oferta de madeiras de áreas plantadas, contribuindo para diminuir a exploração predatória em florestas naturais. O segundo permitirá o combate efetivo aos desmatamentos, às queimadas e aos incêndios, que devastam as florestas e prejudicam nosso patrimônio e a imagem do País no exterior.

O Pantanal é um ecossistema extremamente rico e frágil. Para incentivar a economia da região e melhorar a qualidade de vida da população, sem agredir o meio ambiente, foi criado o programa **Pantanal**. O trabalho vai permitir a ampliação e a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas urbanas, o controle preventivo das atividades poluidoras, a criação de novas áreas de conservação e o estímulo às atividades econômicas sustentáveis, como o turismo ecológico de brasileiros e estrangeiros.

O programa **Zoneamento Ecológico-Econômico** permitirá o mapeamento do território nacional, de forma a direcionar a ocupação e o desenvolvimento do País de forma sustentável. Paralelamente, será implantado o programa **Qualidade Ambiental**, que vai atacar o problema da degradação do meio ambiente nas grandes cidades.

A atuação do governo na área ambiental não se esgota nessas ações. Outros programas estão sendo adotados dentro dos preceitos da Agenda 21, proposta pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O novo modelo de desenvolvimento econômico e social só será sustentável se as condições ambientais necessárias à vida e à qualidade de vida humana forem asseguradas para o presente e para o futuro.

A orientação e o gerenciamento das ações de governo segundo o princípio dos investimentos integrados, nos campos econômico, social, ambiental e de informação e conhecimento, de acordo com a abordagem dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, são mais um passo em direção à sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 12. AMPLIAR A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

A globalização é um fenômeno irreversível neste final de século, e a tendência para os próximos anos é o seu aprofundamento. Nesse cenário, a Ciência e a Tecnologia assumem papel estratégico para o êxito do projeto de desenvolvimento do País. Ampliar a capacidade de inovação, inserindo os avanços do conhecimento em novos produtos e serviços, é determinante para a competitividade das empresas, para a geração de melhores empregos e para o aumento das exportações.

A capacidade de inovação do País não depende apenas do apoio governamental. É fundamental a ampliação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte do setor privado. A integração entre universidades, centros de pesquisa e laboratórios com a área empresarial garante a disseminação do conhecimento e a sua apropriação pelo setor produtivo.

O programa **Inovação para Competitividade** tem por objetivo o desenvolvimento e a difusão de inovações tecnológicas para melhorar a competitividade das empresas, possibilitando a inserção da economia brasileira no mercado internacional em bases mais competitivas.

Uma das principais diretrizes do governo para os próximos anos é o desenvolvimento e a difusão de novas aplicações das redes de alta velocidade. O programa **Sociedade da Informação - Internet II** tem esse objetivo, como também dar continuidade à expansão e ao aumento da velocidade das redes, necessários ao atendimento da demanda prevista para o futuro próximo. A produção de bens de informática e de telecomunicações, incluindo software, continuará sendo incentivada.

O Brasil deve se capacitar para criar e desenvolver tecnologias que explorem, de forma sustentável, as vantagens que temos em relação a outros países, principalmente o nosso patrimônio natural. Esse é o foco do programa **Biociência e Recursos Genéticos - Genoma**, que promoverá o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, agropecuária e para a saúde humana. O estímulo à bioindústria também é objetivo **do Prohem da Amazônia**, criado para permitir a exploração sustentável da biodiversidade da região.

A previsão de tempo e clima com grande antecedência, precisão e confiabilidade será cada vez mais importante para diversos setores da economia, especialmente a agricultura e o turismo. O programa **Climatologia, Meteorologia e Hidrologia** visa modernizar o sistema brasileiro de previsão de tempo e clima, capacitando o País para esse desafio. Ao mesmo tempo, o programa **Ciência e Tecnologia para o Agronegócio** vai colocar a inovação a serviço do aumento da competitividade da agricultura e da agroindústria.

Assim como a capacitação tecnológica é fundamental para a inserção competitiva do País no mundo globalizado, a disseminação e apropriação do conhecimento nas regiões menos desenvolvidas é pré-condição para a redução das nossas desigualdades regionais. O programa **Sistemas Locais de Inovação** incentiva, por meio de parcerias entre instituições federais, estaduais e do setor privado, a implantação de sistemas de inovação regionais e locais, incluindo o estímulo à criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas. Dessa forma, é possível aumentar a competitividade econômica e melhorar a qualidade de vida nas regiões menos desenvolvidas.

O setor aeroespacial brasileiro é outra área estratégica para a inovação. Nosso País fabrica e integra satélites, projeta e constrói veículos lançadores, já tendo

lançado centenas de foguetes de sondagem para experimentos científicos. Temos a base de Alcântara (MA), localizada em ponto estratégico do planeta, que possibilita lançamentos a custo reduzido.

O Brasil é o único país em desenvolvimento a participar da construção da Estação Espacial Internacional, sendo o responsável pelo desenvolvimento de parte dos componentes da estação. O projeto tornará possível a realização de experimentos em ambiente de microgravidade, com aplicações importantes nas áreas de saúde e agricultura, entre outras.

A indústria aeronáutica nacional ocupa lugar de destaque no mercado internacional de jatos comerciais de médio porte. A Embraer é o elo principal de uma cadeia produtiva que envolve um grande número de empresas tecnologicamente avançadas e geradoras de empregos de alta qualificação. Dois programas foram elaborados para fomentar o desenvolvimento do setor espacial e a indústria aeronáutica: o programa **Nacional de Atividades Espaciais** e o programa **Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico**.

Para assegurar a capacidade de inovação a longo prazo, os programas **Desenvolvimento do Ensino de Graduação, Desenvolvimento do Ensino de Pós-graduação, Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa e Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico** serão fortalecidos pelo governo.

# TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

## 13. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DO PAÍS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

A estabilidade econômica, as reformas estruturais, a modernização das instituições e o fortalecimento da democracia reforçaram, nos últimos anos, o respeito e a credibilidade internacional do Brasil. Com isso, abre-se o caminho para o aumento da participação do País nas relações econômicas internacionais e na discussão dos grandes problemas mundiais.

Diante das recentes crises nos mercados financeiros internacionais, fruto da instabilidade dos fluxos de capitais, o Brasil defende uma nova ordem econômica mundial. É preciso construir um ambiente internacional mais estável e mais sadio, no qual os países possam planejar seu futuro e se desenvolver de forma mais harmônica. Em conseqüência, haverá redução das desigualdades entre as nações.

Ao mesmo tempo, é preciso aproveitar a globalização dos mercados para promover o desenvolvimento nacional. O aumento do comércio mundial é a chave para a elevação das exportações brasileiras de mercadorias e serviços, que permitem a criação de mais empregos e a geração de mais renda para o País.

Nos últimos quatro anos, a corrente de comércio entre o Brasil e o resto do mundo cresceu de forma significativa. A soma das importações e exportações do País saltou de US\$ 76,3 bilhões em 1994 para US\$ 108,8 bilhões em 1998, o que representa um crescimento de 42,6%.

Nesse cenário, a estratégia do governo é aprofundar a integração com nossos parceiros internacionais, em especial com os países do Mercosul. O programa **Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais** tem como prioridade o intercâmbio com os países da América do Sul, especialmente do Mercosul, e da União Européia. O Brasil quer participar de um processo mais amplo de integração, que permitirá a criação de um espaço econômico no continente, marcado pelo equilíbrio de vantagens e por verdadeiro sentido de cooperação.

O programa também buscará alternativas para proteger o País das crises no mercado financeiro internacional. Para isso, o governo propõe a criação de mecanismos multilaterais que possam reduzir as turbulências internacionais e permitir ao Brasil participar das discussões sobre os rumos da economia mundial.

Paralelamente, o governo vai intensificar o esforço diplomático para diminuir as barreiras à exportação dos produtos brasileiros, entre os quais o aço, o suco de laranja, a carne e o açúcar. O objetivo é conseguir condições mais justas de acesso dos produtos brasileiros aos mercados externos.

O aumento da participação do País no comércio mundial exige a adoção de outras medidas. O programa **Promoção de Exportações e Acesso a Mercados** vai promover os produtos *made in Brazil* no exterior, facilitando o acesso das empresas brasileiras ao mercado internacional. A proteção das empresas nacionais contra práticas desleais no comércio internacional será garantida pelo programa **Defesa Comercial**.

A integração dessas políticas e dos programas fortalecerá a participação do Brasil nas relações econômicas internacionais, imperativo do nosso novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 14. OFERTAR ESCOLAS DE QUALIDADE PARA TODOS

A democratização do ensino foi uma das principais estratégias usadas pelos países mais avançados para promover o desenvolvimento. O Brasil segue o mesmo caminho. Para se inserir no cenário mundial como nação desenvolvida, o País está investindo na formação educacional de qualidade para crianças, jovens e adultos.

O ensino fundamental é a base para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Por isso, foi a prioridade nos quatro primeiros anos do governo. A meta é garantir que toda a população na faixa de 7 a 14 anos, assim como os jovens e adultos que não puderam frequentar a escola, tenha acesso ao ensino básico de qualidade e possa concluir pelo menos o 1º grau.

Para alcançar esse objetivo, foram feitas reformas profundas no ensino básico. A mais importante delas foi a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que aumentou o volume de recursos destinado ao 1º grau. Desde 1998, R\$ 15 bilhões provenientes de estados, municípios e governo federal passaram a ser aplicados de acordo com o número de alunos matriculados. Desse total, 60% são gastos com pagamento de salários e formação de professores.

A distribuição de livros didáticos foi ampliada de quatro para as oito séries do 1º grau. Os livros chegaram às escolas antes do início do ano letivo, o que nunca havia acontecido. A TV Escola, canal exclusivo via satélite para capacitar professores e apoiar o trabalho em sala de aula, chega hoje a 50 mil escolas, que recebem três horas de programação diária.

A municipalização da merenda escolar, a informatização das escolas públicas e a criação de parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental também contribuíram para a melhoria. Sem falar no projeto "Dinheiro Direto na Escola", que repassou R\$ 1 bilhão diretamente para as escolas públicas, que administram o dinheiro através das associações de pais e mestres ou de conselhos escolares, o que significa presença e atuação da comunidade na gestão escolar.

As reformas permitiram avanços no processo de universalização do ensino fundamental. O número de matrículas no 1º grau cresceu 12% entre 1994 e 1998. Nesse período, o percentual de crianças e jovens entre 7 e 14 anos matriculados no ensino básico aumentou de 91% para 96%. Ainda assim, cerca de 1,7 milhão de crianças estavam fora da escola em 1998.

Para avançar ainda mais, o governo criou o programa **Escola de Qualidade para Todos**, que tem por objetivo ampliar as vagas no ensino fundamental, acabar com a evasão escolar e reduzir a repetência, de modo a aumentar o número de alunos que consegue concluir o 1º grau. Ao mesmo tempo, se busca um ensino de melhor qualidade através da capacitação e reciclagem dos professores.

O programa vai investir na ampliação e melhoria da rede de escolas. Para combater a evasão, as famílias carentes com filhos entre 7 e 14 anos terão uma complementação de renda garantida pelo projeto "Bolsa Criança Cidadã". O projeto "Dinheiro Direto na Escola" será fortalecido.

Mas a oferta de ensino, por si só, não garante o acesso, a permanência e o êxito do aluno do ensino fundamental. É necessário oferecer condições para que o estudante se desenvolva no ambiente escolar. O programa **Aceleração da**

**Aprendizagem** vai criar essas condições, oferecendo alimentação, assistência médico-odontológica, transporte escolar, livros e material didático a alunos e professores.

A TV Escola terá um papel importante nesse processo. A informatização também. O governo vai colocar em funcionamento o primeiro lote de 30 mil computadores para equipar 2.600 escolas no País. Paralelamente, distribuirá livros para a ampliação das bibliotecas das escolas de 1º grau.

Os programas vão colocar em prática o preceito constitucional de que todos têm direito à educação e dar condições aos desiguais para que esse direito possa ser exercido efetivamente. A educação de qualidade é o ponto de partida para que milhões de pessoas possam sair do nível de pobreza e atingir padrões de vida mais compatíveis com o que se espera de uma nação democrática e justa.

A conjugação das ações dos dois programas possibilitará que, ao final deste Plano, o número de crianças fora da escola seja residual. E todos freqüentarão uma escola pública melhor, uma escola útil para o presente e o futuro, uma escola de qualidade.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 15. ASSEGURAR O ACESSO E A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA SAÚDE

Zelar pela saúde e pelo bem-estar da sociedade é fundamental para um país que deseja alcançar o desenvolvimento pleno, com justiça social e melhor qualidade de vida. Por isso, uma das prioridades do governo nos próximos quatro anos será assegurar o acesso de todos os cidadãos aos serviços de saúde, com a qualidade e a dignidade que os brasileiros merecem.

A crescente demanda e a escassez de recursos serão um grande desafio. O aumento da população e da expectativa de vida dos brasileiros, aliado ao crescimento de algumas doenças, torna mais difícil a tarefa, uma vez que exigirá mais investimentos na ampliação da rede de assistência, na compra de equipamentos e na contratação de pessoal.

Para enfrentar o desafio, o governo resolveu investir pesadamente na medicina preventiva, de forma a promover a saúde e evitar as doenças. A principal estratégia é ampliar a cobertura das equipes de saúde da família e dos agentes comunitários de saúde, que fazem um trabalho de base junto às comunidades mais carentes e distantes dos centros de atendimento.

Consolidar a descentralização e fortalecer a gestão local dos serviços de saúde também são fundamentais dentro da estratégia do governo. É necessário dar mais autonomia aos governos estaduais e às prefeituras para que eles possam gerir melhor os recursos da saúde. Assim, será mais fácil para a sociedade acompanhar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público, além de cobrar qualidade e eficiência no atendimento.

O programa **Saúde da Família** será ampliado nos próximos quatro anos. A população terá acesso a consultas médicas e tratamento odontológico. Com um trabalho preventivo, o governo espera controlar as doenças endêmicas, diminuir o número de internações nos hospitais e reduzir a taxa de mortalidade infantil.

O combate ao câncer de mama e do colo do útero receberá atenção especial dentro do programa **Saúde da Mulher**. Além de exames ginecológicos, o programa vai garantir atendimento médico e hospitalar de melhor qualidade às mulheres. As gestantes terão mais acompanhamento e mais assistência durante a gravidez e o parto, em especial as gestantes de alto risco.

O programa **Valorização e Saúde do Idoso** funcionará de forma integrada. O atendimento médico e as campanhas de vacinação serão complementados com atividades de lazer e educação, o que previne doenças e melhora a qualidade de vida das pessoas idosas.

A ampliação e a modernização dos hospitais e centros de saúde é meta do programa **Qualidade e Eficiência do SUS**. Serão implantados novos laboratórios de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental e intensificadas as campanhas educativas para melhorar a qualidade e a eficiência do atendimento. O Disque-Saúde, que foi criado para receber queixas e reclamações da sociedade, será ampliado. O Cartão Nacional do SUS será implantado no País.

O programa **Profissionalização da Enfermagem** vai contribuir para elevar a qualidade do atendimento aos pacientes. Além de oferecer cursos de capacitação para os trabalhadores na área de enfermagem, o programa permitirá a modernização das escolas técnicas de saúde ligadas ao SUS.

A expectativa do governo federal é de que os programas integrantes do Plano Plurianual possam permitir ao cidadão exercer o seu direito constitucional de acesso aos serviços de saúde. Atendimento de melhor qualidade, com respeito à vida e à dignidade das pessoas, é meta a ser perseguida pelo governo.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 16. COMBATER A FOME

Oitava economia do mundo e com um enorme potencial agrícola, o Brasil ainda convive com a fome, que atinge milhões de pessoas, expõe as gritantes desigualdades sociais existentes no País e exige do governo federal uma atuação efetiva.

A fome está presente principalmente na área rural, onde existe forte concentração de famílias pobres. Hoje, cerca de 66% da população que vive no campo está abaixo da linha de pobreza, o que dá a dimensão do problema. Isso acentua a propensão das populações a migrar e a engrossar os bolsões de pobreza das grandes cidades, onde a falta de alimentação condizente também é uma realidade.

A fome representa uma dívida social a ser paga, e o governo busca soluções a curto, médio e longo prazos para sanar o problema. A médio e longo prazos, os investimentos em educação e profissionalização dos trabalhadores, assim como o crescimento das oportunidades de emprego geradas pelo desenvolvimento econômico, são o caminho para a erradicação da fome. A curtíssimo prazo, a saída é investir em programas de alimentação para famílias pobres no campo e nas cidades.

Prioritário para o governo, o programa **Cesta de Alimentos** tem por objetivo diminuir a parcela da população brasileira com carência de alimentação, através da distribuição gratuita de cestas formadas com produtos dos estoques reguladores do governo e adquiridos no mercado. Criado em 1993, o programa incorporou, ao longo do tempo, os trabalhadores rurais sem-terra que vivem em acampamentos, as populações indígenas com carência alimentar e os seringueiros da Amazônia.

Para tornar a comunidade responsável pela boa execução do programa, foram criadas Comissões Municipais de Alimentação, com a responsabilidade de cadastrar as famílias beneficiárias e distribuir as cestas. Às prefeituras, coube a tarefa de transportar os produtos desde os pólos regionais de distribuição até os locais onde os alimentos são entregues à população. Como resultado dessa ação conjunta, foram distribuídas, em 1998, mais de 21 milhões de cestas básicas para cerca de 2,1 milhões de famílias, a maior parte vivendo em municípios do polígono da seca.

O programa **Cesta de Alimentos** complementa outras ações do governo nas áreas de saúde e educação. Entre elas está a erradicação da desnutrição em crianças menores de dois anos, por meio dos programas de alimentação associados às ações básicas de saúde. A descentralização da merenda escolar também faz parte desse esforço. Ao oferecer alimentos de qualidade para 35 milhões de crianças e jovens matriculados no ensino de 1º grau, o governo está contribuindo para reduzir a fome e a desnutrição de uma parcela significativa da população.

A solução para o problema da fome passa ainda pelo desenvolvimento integrado do campo, via assentamento de trabalhadores rurais e fortalecimento da agricultura familiar. O aumento da competitividade do agronegócio também é fundamental, tendo em vista que o problema da fome é predominantemente rural. Por último, se busca aumentar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional como forma de facilitar o acesso dos mais pobres ao mercado de trabalho.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 17. REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

A redução da mortalidade infantil permanece como prioridade do governo. Uma nação que busca a justiça social não pode conviver com altas taxas de mortalidade de crianças.

Nos últimos anos, os esforços desenvolvidos pelo Brasil na promoção da saúde da criança conseguiram reduzir pela metade a mortalidade infantil. Em 1980, de cada 1.000 crianças nascidas vivas no País, 85,6 morriam antes de completar um ano de vida. Em 1996, a taxa era de 37,5 por 1.000 nascidas vivas. Para 2003, a meta do governo é reduzir o índice para 30 mortes a cada 1.000 crianças.

O Norte e o Nordeste ainda apresentam altas taxas de mortalidade. Mas o trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde tem contribuído para mudar esse quadro. No período de 1994 a 1997, as taxas de mortalidade nas áreas cobertas pelos agentes caíram pela metade na maioria dos estados nordestinos.

O combate às doenças infantis mais comuns a partir do primeiro mês de vida foi o foco do trabalho desenvolvido pelo governo na última década. A diarreia, as infecções respiratórias e as doenças que podem ser prevenidas com a vacinação, como o sarampo e a catapora, tiveram atenção especial. Ao mesmo tempo, buscou-se reduzir a desnutrição, que atinge milhões de crianças no País.

A expansão do atendimento em saúde, as campanhas de vacinação e a ampliação dos serviços de saneamento básico foram fundamentais para a queda no índice de mortalidade. A implantação do programa de saúde materno-infantil com a adoção do soro caseiro, o controle das infecções respiratórias e o acompanhamento do crescimento da criança também colaboraram para melhorar o quadro. Sem falar da queda na taxa de fecundidade da mulher brasileira, que caiu de 4,1 para 2,5 filhos por mulher nos últimos 15 anos.

Diante dos progressos obtidos, o governo decidiu reforçar a prioridade à redução da mortalidade no período entre a gravidez e a primeira semana de vida. Nessa fase, o problema está intimamente associado às precárias condições de vida, de saúde e de educação da mulher. Em geral, são mães desnutridas, com baixo nível de escolaridade e sem acompanhamento médico adequado durante a gravidez. Para agravar o problema, faltam os cuidados necessários aos recém-nascidos.

A saída encontrada pelo governo foi investir em programas que possam melhorar as condições de vida e de saúde das mulheres. O atendimento às mães será garantido através dos programas **Saúde da Mulher e Saúde da Família**. Além do acompanhamento na gravidez, elas terão acesso a exames para detectar câncer de mama e de colo de útero, responsáveis pela morte de milhares de mulheres em todo o País. Os agentes comunitários e as equipes de saúde da família serão fundamentais nesse trabalho, na medida em que atendem grande parte das comunidades mais carentes, onde a taxa de mortalidade infantil é mais alta.

O programa **Saúde da Criança e Aleitamento Materno** vai garantir um melhor atendimento para as crianças com até cinco anos de idade. As campanhas de multivacinação serão intensificadas e serão criados bancos de leite humano nos hospitais. Ao mesmo tempo, o governo vai credenciar os hospitais-maternidades Amigos da Criança, onde elas recebem atenção prioritária.

Os programas **Alimentação Saudável, Saúde do Jovem, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis** e **Saneamento Básico** também vão contribuir para a redução da mortalidade de milhares de crianças, na medida em que

estão voltados para a solução de problemas como a gravidez precoce, a desnutrição e a falta de água tratada e de esgoto.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 18. ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL DEGRADANTE E PROTEGER O TRABALHADOR ADOLESCENTE

A questão do trabalho infanto-juvenil no Brasil tem exigido atenção prioritária do governo e mobilizado, de forma crescente, a sociedade no combate às diversas formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Além dos danos ao desenvolvimento, a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho reduz as possibilidades de educação adequada e de ascensão social futura.

A Constituição Federal proíbe o trabalho de menores de 16 anos. A exceção são os aprendizes, que podem trabalhar a partir dos 14 anos. A pobreza, entretanto, leva milhares de crianças a abandonar a escola. Para assegurar o rendimento necessário ao sustento da família, pais e mães se vêem obrigados a colocar os filhos menores no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, existe o problema cultural. Muitos chefes de família não valorizam a educação dos filhos como fator de melhoria da sua condição social e preferem lançá-los desde cedo ao trabalho.

A exploração do trabalho infanto-juvenil de alto risco é mais freqüente na zona rural, em atividades como a produção de carvão vegetal, beneficiamento do sisal, agroindústria canavieira, extração de pedras e de sal. Na área urbana, crianças e adolescentes ocupam um vasto mercado informal, onde há espaço para lavadores e guardadores de automóveis, engraxates, vendedores ambulantes, entre outros.

A entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho tem um elevado custo social, pois perpetua a pobreza entre gerações. Crianças que começam a trabalhar cedo faltam à escola, repetem o ano e acabam abandonando os estudos.

Para acabar com a exploração do trabalho infantil, devolver as crianças à escola e proteger o adolescente trabalhador, o governo intensificará programas nas áreas de educação, assistência social, trabalho, saúde e justiça. Com ações integradas e forte parceria com estados, municípios e sociedade civil, o governo espera assegurar a esses brasileiros uma formação educacional adequada e o direito ao desenvolvimento físico e intelectual saudável.

O programa **Erradicação do Trabalho Infantil** prevê a fiscalização permanente sobre os focos de trabalho infantil, campanhas de conscientização da sociedade e a concessão da "Bolsa Criança Cidadã", uma complementação de renda para famílias carentes com filhos entre 7 e 14 anos. Além disso, está sendo dada assistência financeira às escolas que oferecem atividades socioeducativas aos alunos fora do horário das aulas.

As regiões com maior incidência de trabalho infanto-juvenil terão acesso prioritário aos programas **Geração de Emprego e Renda** e **Qualificação Profissional do Trabalhador**. Os chefes de família receberão crédito e treinamento para que possam abrir micro e pequenos negócios. Assim, espera-se aumentar a qualidade de vida das famílias e contribuir para o retorno de crianças e adolescentes à escola.

Com ações conjuntas de governo e sociedade é possível mudar essa realidade. Não se pode conceber que um país democrático, que busca a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, ainda conviva com a exploração ilegal e degradante do trabalho de crianças e adolescentes.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 19. ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL À EXCLUSÃO SOCIAL

O Brasil ainda é um País profundamente injusto do ponto de vista social. Parcela considerável da população não tem acesso ao emprego, à saúde, à educação, à segurança, à moradia, a condições dignas de vida. Por isso, o Estado tem a obrigação de adotar medidas para reduzir a vulnerabilidade e a exclusão social provocadas pelas incertezas deste final de século. É imprescindível criar um sistema de proteção social para as pessoas que não têm atendimento adequado e estão alijadas do exercício da cidadania.

A dificuldade para conseguir emprego, a carência de escola e saúde, a falta de atividades esportivas e recreativas e a dependência das pessoas idosas serão o foco das ações do governo federal, que contarão com a parceria de estados, prefeituras e organizações não-governamentais.

Os jovens terão atenção especial. Base para a construção de uma sociedade melhor, crianças e adolescentes precisam ser tratados como cidadãos. Para eles, foi criado um conjunto de programas, que serão executados de forma articulada.

Para permitir o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, foi concebido o programa **Esporte Solidário**. Serão implantados projetos voltados para os interesses e as expectativas dos jovens. Além das práticas esportivas, eles terão reforço alimentar e aulas sobre saúde.

O programa **Centros da Juventude** vai dar atenção básica aos jovens pobres que correm o risco de ingressar na marginalidade. Nesses centros serão oferecidos treinamento e formação profissional para facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Os jovens terão ainda atendimento nas áreas de educação e saúde.

A redução da violência e o desenvolvimento da cidadania são objetivos do programa **Paz nas Escolas**. O programa envolverá desde a capacitação dos professores para lidar com o tema até a difusão de experiências bem-sucedidas de redução da criminalidade. Ao mesmo tempo, será feito mapeamento das escolas com maior índice de violência e trabalho de valorização dos direitos humanos para mudar o comportamento dos estudantes, dos pais e dos professores.

Para os jovens em busca de emprego está sendo criado o programa **Jovem Empreendedor**. O governo vai oferecer linhas de crédito para jovens com vocação empreendedora interessados em montar seu próprio negócio.

Os idosos não foram esquecidos. O programa **Valorização e Saúde do Idoso** proporcionará a integração e a proteção social necessárias a uma parcela da população que vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. O programa prevê a concessão do benefício assistencial de um salário mínimo aos idosos com renda inferior a meio salário mínimo. Ao mesmo tempo, serão implantados projetos de esporte e capacitação profissional para a terceira idade. A assistência à saúde será valorizada, incluindo as campanhas de vacinação contra a gripe e outras doenças.

Com o programa **Comunidade Ativa**, o governo pretende promover o desenvolvimento local de comunidades carentes. A idéia é identificar as atividades econômicas mais compatíveis com a região e, a partir daí, montar projetos que permitam a geração de renda para a comunidade.

Para que sejam alcançados os melhores resultados, é fundamental a participação das três esferas de governo, da sociedade civil e de suas organizações

sociais. O combate à exclusão social exige um pacto nacional de solidariedade para a construção de uma sociedade mais justa, que garanta dignidade a todos os cidadãos.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 20. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CAMPO

A melhoria das condições de vida no campo é essencial para o projeto de construção do novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Garantir a produção, a prosperidade e o desenvolvimento integrado na área rural não só contribui para o crescimento da agricultura nacional como evita a migração para as grandes cidades.

Para fixar o homem à terra e melhorar a qualidade de vida no campo é preciso viabilizar tanto a agricultura moderna, voltada para os mercados interno e externo, quanto a pequena agricultura de base familiar. Com quatro milhões de propriedades, a agricultura familiar gera quatro em cada cinco empregos existentes no campo. É a principal responsável pela produção de alimentos básicos. Por exemplo: 69% do milho e 87% da mandioca são colhidos em propriedades familiares.

O caminho para o desenvolvimento integrado do campo passa pela solução do problema fundiário. Para isso, existem os programas **Novo Mundo Rural - Assentamento de Trabalhadores Rurais** e **Novo Mundo Rural - Consolidação de Assentamentos**, resultado de parcerias com os governos estaduais, representações de trabalhadores sem-terra e organizações não-governamentais. Além de assentar as famílias, os programas oferecem condições para que os trabalhadores rurais comecem a produzir. Nos primeiros quatro anos de governo, já foram assentadas 287 mil famílias, mais do que no período de 1960 a 1994.

Mas é preciso avançar mais. É necessário dar aos trabalhadores alternativas de obtenção de terras, como já vem ocorrendo com a Cédula da Terra e, brevemente, com o Banco da Terra. Eles oferecem financiamentos aos trabalhadores para aquisição de áreas, infra-estrutura social e produtiva e acesso aos mercados consumidores. É preciso também garantir a regularização fundiária, construção de estradas vicinais, demarcação de lotes, assistência técnica e fornecimento de crédito para a produção.

Criado em 1995, o programa **Agricultura Familiar - Pronaf** é um dos eixos da estratégia do governo para integrar ao mercado o pequeno agricultor familiar. Presente em 1.118 municípios brasileiros, o programa já concedeu crédito de custeio e investimento a 1,4 milhão de produtores, num total de R\$ 3,8 bilhões. As linhas de financiamento têm o mínimo de burocracia, os prazos de pagamento são flexíveis e as taxas de juros bem menores que as de mercado.

A assistência técnica e a extensão rural necessárias aos projetos dos agricultores familiares são garantidas pelas parcerias com os governos estaduais e as prefeituras. Além disso, o programa financia, a fundo perdido, a infra-estrutura mínima necessária aos pequenos núcleos rurais, como armazéns, estradas vicinais e máquinas agrícolas, definidos pela própria comunidade.

A fixação do homem à terra também é o foco do programa **Energia das Pequenas Comunidades**, que fornece eletricidade a pequenas comunidades rurais, com utilização de energia solar e eólica. A disponibilidade de energia elétrica aumenta a produtividade rural, pois permite o uso de máquinas e motores na agricultura e na pecuária. Além disso, aumenta o conforto das famílias, reduzindo a atração que as cidades exercem no processo de migração dos trabalhadores rurais.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 21. MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS E REGIÕES METROPOLITANAS

O processo de crescimento das cidades brasileiras foi meteórico. Em pouco mais de 50 anos - de 1940 a 1996 -, a taxa de urbanização passou de 31,4% para 78,4% da população. Nesse período, o número de habitantes na área urbana foi multiplicado por 10. Hoje, 125 milhões de pessoas vivem em cidades e são responsáveis por 90% do Produto Interno Bruto.

As grandes cidades sempre foram um foco de atração para a população do interior do País, pois ofereciam empregos e oportunidades de uma vida melhor. Nos últimos anos, entretanto, a realidade mudou. A reestruturação da indústria, ocorrida nas décadas de 80 e 90, provocou uma redução dos postos de trabalho e o crescimento do desemprego. Em consequência, aumentaram a pobreza e a favelização das grandes cidades.

O problema vem se agravando ao longo do tempo. As favelas e as áreas insalubres abrigam hoje quase cinco milhões de pessoas, o equivalente a 12% da população das grandes cidades. Sem habitação digna, sem rede de água e esgoto e sem asfalto, esses brasileiros pobres vivem numa situação crítica.

Diante da dimensão do problema, a política urbana do governo vai centrar esforços para melhorar a infra-estrutura das áreas ocupadas pela população mais carente. Para isso, foi criado o programa **Nosso Bairro**, que visa atender famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Numa articulação com estados, municípios e setor privado, serão realizadas obras de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana em favelas e áreas degradadas.

O programa **Reestruturação de Regiões Metropolitanas** vai permitir a revitalização da infra-estrutura das capitais. Serão executados projetos nas áreas de transportes, drenagem fluvial, recuperação ambiental, entre outros, para melhorar a qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras. Com novas obras, o governo estará contribuindo para a criação de novos empregos na área da construção civil, que tradicionalmente absorve o trabalhador mais pobre e com pouca qualificação profissional.

O sucesso dos programas, no entanto, não dependerá apenas da articulação entre os governos e a iniciativa privada. A participação da sociedade é imprescindível, pois as experiências mais bem-sucedidas de recuperação de áreas degradadas e de combate à pobreza têm sido exatamente aquelas em que as comunidades se mobilizam para mudar a sua realidade.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 22. AMPLIAR A OFERTA DE HABITAÇÕES E ESTIMULAR A MELHORIA DAS MORADIAS EXISTENTES

Habitação é um direito do cidadão - direito de morar com dignidade, em ambiente saudável, com espaço suficiente, privacidade, iluminação, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O exercício desse direito básico, entretanto, está fora do alcance de milhões de brasileiros. Pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro em 1995 indica que o Brasil tem um déficit habitacional de 5,6 milhões de moradias. O mais grave é que 94% desse déficit está concentrado entre as famílias mais pobres, com renda de até cinco salários mínimos.

Atender a essa demanda é uma tarefa gigantesca, que o governo federal não tem condições de realizar sozinho. Governos estaduais e municipais, empresas privadas e a própria sociedade precisam participar do esforço para a eliminação do déficit habitacional. É verdade que a população, com recursos próprios ou através de cooperativas e condomínios, já é responsável por 70% das habitações construídas no País, a exemplo do que ocorre no resto do mundo.

A política habitacional do governo reconhece essa tendência e busca a simplificação da legislação federal, estadual e municipal para permitir que, cada vez mais, o próprio cidadão possa construir ou melhorar sua casa. A política inclui o estímulo à qualidade e à produtividade na construção civil, para reduzir custos; incentivos ao setor privado para a aplicação de recursos na área habitacional e o incremento de linhas de crédito dos bancos oficiais para facilitar o acesso à casa própria.

A prioridade, entretanto, é a população de baixa renda. O programa **Carta de Crédito** financia a compra ou construção da casa própria para famílias com renda mensal de até 12 salários mínimos, na modalidade individual, ou de até 20 salários mínimos, em sistema de condomínio. Criado em 1996, o programa já aplicou R\$ 6,3 bilhões em financiamentos habitacionais para 385 mil famílias em todo o País. Para o período 2000 - 2003, a meta é repetir o desempenho, garantindo financiamento para mais 385 mil famílias brasileiras.

O problema da moradia é ainda mais grave para as famílias com renda de até seis salários mínimos, que vivem, em sua maioria, na periferia de cidades com mais de 100 mil habitantes. Para essas famílias, que moram hoje em habitações precárias, foi criado o programa **Minha Casa**. Depois de reformar e dotar as casas de infra-estrutura básica, o governo vai arrendá-las aos moradores com opção de compra.

Outros programas, como o **Nosso Bairro**, **Morar Melhor** e **Saneamento é Vida**, estão direcionados para a melhoria das condições de moradia da população mais carente, completando o esforço de oferecer vida mais digna e mais saudável ao cidadão brasileiro.

Ao incentivar os investimentos na área habitacional, o governo amplia a oferta de imóveis para a parcela mais pobre da população. Contribui também para a geração de empregos, uma vez que a construção civil é um dos setores com maior capacidade de absorção de mão-de-obra com pouca qualificação profissional.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 23. AMPLIAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE SANEAMENTO AMBIENTAL DAS CIDADES

Saneamento básico é sinônimo de qualidade de vida e cidadania. Significa mais conforto, mais saúde, mais dignidade para o cidadão. E, em um país com desigualdades sociais tão gritantes como o Brasil, é prioridade para o governo federal.

Nos últimos anos, houve melhoras sensíveis no atendimento à população, sobretudo nas áreas urbanas. Em 1970, apenas 60% dos domicílios urbanos tinham rede de abastecimento d'água. Passados 25 anos, a cobertura aumentou para 90%. O mais surpreendente é que, nesse período, a população das cidades brasileiras mais que duplicou, passando de 52 milhões para 125 milhões de habitantes.

O problema é que uma parcela significativa da sociedade ainda não tem acesso ao saneamento, o que reflete o padrão desigual de crescimento trilhado pela economia do País nas últimas décadas. É lamentável que mais de 11 milhões de pessoas que vivem em cidades ainda não tenham água encanada em casa.

A falta de água tratada e de esgoto compromete a saúde da população. Sessenta e cinco por cento das internações hospitalares estão ligadas à falta de saneamento básico. Só a diarreia mata, anualmente, 50 mil crianças, a maioria com menos de um ano de vida. Sem saneamento, o cólera encontra nas periferias urbanas e nos bolsões de pobreza, onde estão as pessoas que não têm acesso aos serviços de água e esgoto, as condições para sua disseminação.

Para universalizar o atendimento à sociedade, o governo federal vem incentivando a modernização das empresas estaduais e municipais de saneamento. O programa **Saneamento é Vida** garante financiamento às concessionárias para a implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de saneamento básico. Além disso, o governo está aplicando recursos da União para criar sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto em quatro áreas do País: Alto Rio Subaé (Bahia), Rio Paraíba do Sul (Minas Gerais e Rio de Janeiro), Rio Piracicaba (São Paulo) e Rios Beberibe, Jaboatão e Capibaribe (Pernambuco).

As pequenas cidades do interior também serão atendidas. O programa **Morar Melhor** destinará recursos para a construção de redes de abastecimento de água e esgoto, energia elétrica, asfalto, coleta e tratamento de lixo em comunidades carentes das cidades com menos de 75 mil habitantes.

A melhoria das condições de saneamento tem reflexo imediato sobre a vida das pessoas. Ao buscar a universalização dos serviços de água e esgoto, o governo está assegurando mais saúde à população e, conseqüentemente, reduzindo a mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, contribui para a geração de empregos, pois as obras de saneamento absorvem grande quantidade de mão-de-obra. Mas, acima de tudo, está promovendo a justiça social.

# JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

## 24. MELHORAR A QUALIDADE DO TRANSPORTE E DO TRÂNSITO URBANOS

Os congestionamentos crônicos, a baixa qualidade dos transportes coletivos, os altos índices de acidentes de trânsito e a degradação do meio ambiente fazem parte da realidade de muitas cidades brasileiras. A grande utilização do transporte rodoviário e individual sobrecarrega fortemente o sistema viário. Com isso, reduz-se a mobilidade do transporte coletivo, diminui-se o conforto dos passageiros e aumenta-se o tempo de viagem e o consumo de combustíveis.

Pesquisa realizada em 10 cidades brasileiras quantificou os efeitos negativos da baixa qualidade do transporte no País: 500 milhões de horas/ano perdidas em grandes congestionamentos, gasto adicional de combustível de R\$ 194 milhões e aumento de 16% nos custos de operação do transporte por ônibus. Além disso, o Brasil apresentava, em 1996, índice de 9,78 mortes por 10.000 veículos em acidentes de trânsito, quatro vezes mais que nos países desenvolvidos.

O modelo de transporte adotado até agora não está levando a uma competição efetiva entre as empresas do setor. Como resultado, as tarifas de ônibus vêm aumentando. Entre janeiro de 1995 e abril de 1998, subiram 37% acima da inflação. De forma geral, esses aumentos não se revertem em mais qualidade e conforto para a população.

Diante desse quadro, o governo federal vai implantar uma política de transportes urbanos integrada a uma política de uso e ocupação do solo, em apoio às prefeituras municipais, que detêm a competência constitucional para organizar e prestar serviços de transporte coletivo urbano.

Será implementado o programa **Transporte Rodoviário Urbano**, que prevê a concessão de financiamentos às empresas de transporte coletivo para a melhoria da qualidade dos serviços. Os recursos serão utilizados para a compra de ônibus novos, assim como para o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão dessas empresas.

O programa **Gestão Urbana** também dará apoio aos governos estaduais e prefeituras para solucionar os problemas do transporte urbano. Serão realizados estudos para a modernização dos sistemas existentes e oferecido treinamento para que as secretarias estaduais e municipais de transporte possam gerir melhor o setor.

Com essas medidas, o governo pretende contribuir para a redução dos congestionamentos e a melhor utilização do espaço urbano, melhorando as condições de circulação de veículos e pedestres e diminuindo a poluição ambiental. Em consequência, haverá maior economia de energia e de tempo no deslocamento de passageiros, propiciando uma vida mais saudável para a população das grandes cidades.

# DEMOCRACIA, LIBERDADE E CIDADANIA

## 25. PROMOVER A CULTURA PARA FORTALECER A CIDADANIA

A diversidade cultural é uma marca da sociedade brasileira. Poucos países do mundo têm uma variedade de manifestações artísticas e culturais tão grande como o Brasil. Incentivar a criação e aumentar o acesso dos cidadãos à produção artística e cultural são imprescindíveis para a consolidação da identidade nacional e para a construção da cidadania.

O papel do governo é estimular as manifestações artísticas e culturais, apoiando iniciativas que muitas vezes não se inserem na lógica do mercado, em trabalho que envolve intensa parceria com artistas, produtores culturais e empresas privadas.

Para cumprir sua tarefa, o governo vem aprimorando a Lei de Incentivo à Cultura, de forma a estimular as empresas e pessoas físicas a investir em projetos culturais em troca de redução no pagamento de impostos. A estratégia tem gerado bons resultados. Em 1997, mais de 1.000 empresários patrocinaram projetos culturais, dos quais 84% utilizaram os incentivos previstos na lei federal. Em 1998, 3.515 projetos culturais foram aprovados pelo governo e ficaram aptos a captar recursos com base na chamada Lei Rouanet.

O trabalho do governo nessa área, entretanto, não se esgota nos incentivos fiscais. Nos próximos quatro anos, o governo vai desenvolver vários programas voltados para a valorização e a difusão dos valores culturais do País.

Coincidindo com o início do Plano Plurianual, o Brasil comemora os 500 anos do descobrimento. Para celebrar os nomes e fatos que marcaram a história do País, foi criado o programa **Brasil 500 Anos**, que prevê a realização de eventos culturais no Brasil, em Portugal e na França. Seminários, conferências, exposições, mostras de cinema, edição e distribuição de livros comemorativos, implantação do Museu Aberto do Descobrimento e criação de Marcos do Descobrimento nos estados fazem parte da programação.

O programa também permitirá a restauração e a promoção da auto-sustentabilidade do patrimônio histórico e cultural brasileiro, através do projeto "Monumenta". Na primeira etapa, serão atendidas áreas históricas em Ouro Preto, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Com início no ano 2000, o projeto envolverá investimentos de cerca de R\$ 340 milhões num período de três anos.

Estimular o hábito da leitura será o foco do programa **Livro Aberto**. Para isso, o governo vai implantar bibliotecas públicas em cidades do interior, além de ampliar o acervo das que já existem. O fornecimento de kits de leitura para escolas de 1º grau será intensificado, pois a criação de um bom sistema de bibliotecas escolares é fundamental para a melhoria da qualidade do ensino e do nível educacional da população.

O programa **Música e Artes Cênicas** vai apoiar o trabalho de músicos, bandas, orquestras, circos e artistas de teatro. Serão criados novos espaços culturais e promovidos espetáculos de teatro, ópera e música tanto no Brasil como no exterior. Além disso, o governo concederá prêmios e bolsas de estudo nas duas áreas.

A produção musical e editorial será o foco do programa **Produção e Difusão Cultural**, que vai financiar projetos culturais, incentivar o mercado de música

e garantir os direitos do autor. A edição de livros e revistas científicas, assim como a premiação de escritores nacionais, está incluída nas ações do programa.

A intensificação das ações do governo no campo da cultura, associada a iniciativas na área da educação, contribuirá para o fortalecimento da arte e da cultura no País, que já vêm mostrando sua força nos últimos anos com o renascimento do cinema nacional. Ao mesmo tempo, colabora na consolidação da identidade nacional e no desenvolvimento da cidadania.

# DEMOCRACIA, LIBERDADE E CIDADANIA

## 26. PROMOVER A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

A garantia dos direitos humanos é um pressuposto da democracia e condição necessária ao exercício pleno da cidadania. No Brasil, o histórico de desigualdades sociais, a desatenção com as camadas mais pobres da população, a violência contra mulheres, crianças e adolescentes, bem como a discriminação contra as minorias, ainda envergonham o País, indignam a sociedade e cobram uma ação mais efetiva do governo.

Na raiz do problema estão as disparidades regionais e sociais, a pobreza, as deficiências educacionais, a falta de emprego, a exclusão social. O crescimento econômico sustentável é uma das principais respostas que o governo vai oferecer para essas questões, na medida em que cria novos postos de trabalho e oportunidades de renda para milhões de brasileiros.

Por outro lado, programas nas áreas de emprego, educação, saúde e habitação vão permitir a inclusão social, passo importante para que cada cidadão reconheça seus próprios direitos. Mas essas soluções ainda não bastam. Alguns segmentos da sociedade, por serem mais vulneráveis, demandam cuidados especiais, particularmente a mulher, o jovem e a criança.

O programa **Combate à Violência Contra a Mulher** tem por objetivo reduzir o alto índice de violência doméstica e sexual. Serão deflagradas campanhas educativas de orientação familiar e fortalecidas as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher. O programa também prevê o atendimento jurídico e a criação de varas judiciais especializadas em questões de interesse da mulher.

Diversos programas estão direcionados para criar oportunidades para os jovens e oferecer-lhes ambiente propício a seu desenvolvimento como cidadãos. Nessa linha estão o **Jovem Empreendedor**, o **Centros da Juventude** e o **Esporte Solidário**.

Mas é preciso também realizar um esforço para a recuperação do jovem infrator e facilitar a sua reintegração à sociedade. O programa **Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei** foi criado para garantir serviços e assistência de melhor qualidade aos menores infratores. Numa parceria com estados e municípios, o governo apoiará a reorganização de instituições privativas para esses jovens, com o objetivo de reduzir a superlotação e garantir-lhes maior atenção. Ao mesmo tempo, serão adotadas medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e oferecidos cursos de qualificação profissional.

A violência física, sexual e psicológica contra a criança e o adolescente tem motivações complexas: a pobreza, a falta de emprego, a desagregação da família. O agravante é que esse tipo de violência é pouco visível, uma vez que grande parte dela é praticada no âmbito familiar. O programa **Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, que conta com a participação de estados, municípios, iniciativa privada e organismos internacionais, vai prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e jovens em situação de pobreza e exclusão social.

A articulação de vários órgãos do governo federal na implantação dos programas vai permitir a denúncia, a repressão e a punição das violações aos direitos humanos. Da mesma forma, a sociedade civil será mobilizada para incorporar ao cotidiano de um número cada vez maior de brasileiros o espírito e a letra da defesa

dos direitos humanos - o direito à vida, à integridade física, à liberdade e à igualdade perante a lei.

# DEMOCRACIA, LIBERDADE E CIDADANIA

## 27. GARANTIR A DEFESA NACIONAL COMO FATOR DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO DESENVOLVIMENTO

As Forças Armadas têm a tarefa constitucional de defender a Pátria, garantir o funcionamento dos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e, por iniciativa de qualquer destes, assegurar o cumprimento da lei e da ordem. Por isso, são instituições essenciais para a consolidação da democracia e do desenvolvimento do País.

O Brasil tem um pequeno aparato de defesa e um gasto militar modesto, pois está em uma das regiões menos armadas do mundo. Nem por isso o País deve abrir mão da eficiência dos seus sistemas de defesa. O tamanho do território e o imenso patrimônio de recursos naturais ainda inexplorados recomendam que o País conte com forças suficientemente preparadas para proteger suas fronteiras.

O governo elegeu como prioridade estratégica na área militar a defesa da Amazônia. O objetivo é intensificar a vigilância na região e promover a integração entre a população civil e os militares nas fronteiras mais remotas, de forma a garantir a segurança e contribuir para o desenvolvimento de uma das áreas mais ricas do planeta.

Também são prioritárias a profissionalização das Forças Armadas, o desenvolvimento e implantação de novas tecnologias e a melhoria do Sistema de Defesa Nacional, de forma a permitir maior eficiência no trabalho desenvolvido pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica.

A melhoria da qualidade do pessoal das Forças Armadas será buscada pelos programas **Ensino Profissional do Exército, da Marinha e da Aeronáutica**, que vão proporcionar treinamento de alto nível para reforçar a capacitação e a profissionalização das Forças Armadas.

A modernização do Sistema de Defesa Nacional será o principal objetivo dos programas **Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira**. Juntamente com o programa **Gestão da Política das Forças Armadas**, vão contribuir para reaparelhar e adequar a estrutura das Forças a um novo padrão tecnológico, garantindo maior proteção ao País.

A defesa da Amazônia será o foco do programa **Proteção da Amazônia**, que prevê ampla vigilância e disponibilização de informações que contribuam para o desenvolvimento sustentado da região. Busca-se ainda, com o **Calha Norte**, aumentar a presença do governo e melhorar as condições de vida nas áreas mais inóspitas ao norte dos rios Solimões e Amazonas.

Os programas fazem parte de um conjunto de medidas que o governo vem adotando para atender às necessidades do País em termos de defesa, estimulando parcerias e investimentos coordenados com a área acadêmica e o setor industrial para conciliar as necessidades de defesa com a escassez de recursos públicos.

# DEMOCRACIA, LIBERDADE E CIDADANIA

## 28. MOBILIZAR GOVERNO E SOCIEDADE PARA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A violência ocupa lugar central entre as preocupações dos cidadãos brasileiros. O crescimento do crime organizado, a expansão do narcotráfico, o aumento da delinqüência juvenil, especialmente nas grandes cidades, atemorizam a população, que cobra mais e mais a atuação do governo no combate à criminalidade.

A redução da violência, entretanto, não depende apenas de ações policiais. Para que a segurança pública cumpra sua finalidade, é indispensável combinar a modernização e a qualificação das forças policiais com a participação das comunidades. A melhoria da segurança requer mais do que ações emergenciais. Requer o fortalecimento e aperfeiçoamento permanente da articulação entre os governos e a sociedade.

Nos grandes centros urbanos, o aumento da violência está intimamente ligado ao crime organizado em torno do narcotráfico. O comércio ilegal de drogas tem implicações negativas sobre toda a sociedade, na medida em que seqüestra pessoas, alicia crianças e jovens para o vício e o tráfico, leva o viciado a cometer crimes para adquirir a droga, corrompe policiais e torna o dia-a-dia das pessoas mais inseguro.

O desafio é melhorar a qualidade da segurança, aproximando o policial de suas comunidades e criando canais entre o Estado e a população para uma atuação conjunta - desde a prevenção e denúncia do crime até a reintegração social dos condenados.

No esforço para reduzir a violência, o governo vai implantar os programas **Combate ao Crime Organizado** e **Modernização da Polícia Federal**, que visam desarticular o narcotráfico e melhorar a qualificação dos policiais federais, civis e militares. Ao mesmo tempo, será feito um trabalho de conscientização da importância dos direitos humanos, o que contribuirá para resgatar a imagem do policial perante a comunidade.

Outro programa importante é o **Paz nas Escolas**, que parte do princípio de que violência no ambiente escolar não é só caso de polícia. O programa envolverá desde a capacitação dos professores para lidar com o tema até a difusão de experiências bem-sucedidas de redução da criminalidade. O mapeamento das escolas com maior índice de violência e algumas parcerias com a mídia permitirão que o estímulo ao diálogo familiar, a valorização dos direitos humanos e o engajamento social mudem a atitude e o comportamento não só dos estudantes, mas também dos pais e professores.

A parceria entre o governo federal e os governos estaduais permitirá a implantação do programa **Reestruturação do Sistema Penitenciário**, que tem dois objetivos. O primeiro é assegurar o número de vagas necessário ao sistema, que hoje enfrenta o grave problema da superlotação. O segundo - e mais importante - é a reintegração do presidiário ao convívio social, por meio da fixação de penas alternativas, como a prestação de serviços comunitários, entre outras medidas.

O programa **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas** vai garantir mais segurança a esses cidadãos. O governo pretende incentivar o policiamento comunitário e divulgar as experiências de autoproteção criadas pela sociedade. A melhoria dos serviços de informação na área de segurança e a modernização das leis para prevenir e combater a impunidade também serão alvo da atenção do poder público.

A disposição do governo é ampliar o debate em torno de medidas que possam trazer mais segurança e tranquilidade à população. A redução da violência é condição para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento social da nação.